

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 27/Mai



[cntv@cntv.org.br](mailto:cntv@cntv.org.br) | (61) 3321-6143 | [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br) | Edição 2787/2022



MARIANA/MG

## CÂMARA APOIA LUTA DOS VIGILANTES PATRIMONIAIS E CATEGORIA CONQUISTARÁ 15% DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE



Durante a reunião realizada pela Câmara de Mariana no dia 12 de maio, a luta de mais de 10 anos dos vigilantes patrimoniais teve um desfecho favorável. Os agentes de segurança receberam apoio do Poder Legislativo e ficou deliberado que o projeto de lei para autorizar o pagamento do direito ao adicional de periculosidade no percentual de 15% será encaminhado à Câmara até o final do mês de maio.

O encarregado de vigilância do município, Luiz Carlos Magno Coelho, participou da reunião de forma presencial, no Plenário da Câmara, junto ao gerente da vigilância, Alberto Serra, e ao fiscal de vigilância, Bruno Martins. “O sentimento é muito grande, serão atingidos cerca de 120 servidores. São 120 famílias que serão afetadas positivamente com o reconhecimento desse direito”, ressaltou Coelho. “É um dia de muita alegria para todos da vigilância patrimonial. Outros servidores que possam ter direitos

semelhantes garantidos por lei podem ter a certeza que da parte dessa Casa de Leis e do Executivo não vai faltar empenho para atender as demandas de todos os servidores”, pontuou o vigilante.

A sessão realizada na última quinta-feira deu continuidade às tratativas apontadas em dezembro do ano passado, em atenção ao Requerimento nº 249/2021, de autoria dos vereadores Ronaldo Bento (PSB) e Gilberto Mateus (CIDADANIA). “É um momento festivo para a Câmara Municipal, por estar sendo reconhecido o direito da vigilância”, declarou o vereador Ronaldo Bento. O presidente da Câmara comemorou que o Executivo acatará as diretrizes para pagamento do adicional de periculosidade, direito adquirido pelos vigilantes.

A secretária de Administração, Arlinda Coelho, destacou que, após a reunião com a Câmara realizada no ano passado, o município analisou e considerou a viabilidade do benefício aos agentes de segurança, denominados vigias e vigilantes. “Parabenizo os subscritores do requerimento pela atuação constante a favor dos servidores municipais”, afirmou Arlinda. “Nós fazemos parte de uma gestão que preza pela valorização do servidor”, concluiu. A Secretária alertou sobre a necessidade de o gestor público administrar com responsabilidade e ressaltou sobre as limitações impostas por lei para gastos com os servidores. O percentual de 15% é o mesmo pago à Guarda Civil Municipal.

FONTE: CÂMARA DE VEREADORES DE MARIANA/MG

## REQUERIMENTO 249/2021



### Câmara Municipal de Mariana

Gabinete Vereador Ronaldo Bento

Rua Marquês de Pombal, 40 / Bairro Rosário – Mariana / MG

(31) 3558-5523

vereador@ronaldobento@gmail.com

Requerimento N.º \_\_\_\_\_ / 2021

Dileto Plenário

Os Vereadores que esta subscrevem, regimentalmente amparados, apresentam à Mesa, ouvido o Plenário, para que após aprovado, seja remetido cópia deste procedimento à Secretaria de Defesa Social para que nos prazos da lei, apresente as seguintes informações em reunião online a ser agendada:

Após julgamento de recurso, a decisão do TRT 15 (Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região) foi favorável no que tange o direito à periculosidade para a classe de vigias, assentando que: em que pese a distinção entre as ocupações de vigia e vigilante, que se dá principalmente pelo uso de armas, leva-se em consideração que a CLT e a NR-16 não fazem nenhuma referência a tal diferenciação para fins de exposição ao risco de “roubos ou outras espécies de violência física”. Pois não há que se discutir que ambas as ocupações oferecem exposição à riscos.

Assim, no exercício das funções de vigia, o autor possui direito ao adicional de periculosidade de 30%, previsto no artigo 193, inciso II, da CLT, quando de sua regulamentação por meio da Portaria MTE 1.855/2013, o qual deverá incidir sobre o salário base do trabalhador.

Considerando a decisão acima discriminada, qual a possibilidade de o município implementar ação a fim de garantir o direito ao adicional de periculosidade de 30% para os vigias, tendo em vista que estes estão reconhecidamente tão sujeitos aos riscos quanto os vigilantes?

Estes edis, no exercício de seus papéis de fiscalizadores, trazem este questionamento buscando fazer valer o direito desta classe trabalhadora e assim, enaltecer a contribuição destes para a seguridade da população.

Nestes termos,

Pedem e Esperam Deferimento.

Mariana, 01 de dezembro de 2021.

  
Ronaldo Alves Bento  
Vereador

  
Gilberto Mateus Pereira  
Vereador

**ELEIÇÕES SINDIVIGILANTES/ES 2022/2027**  
**EDITAL DE REGISTRO DE CHAPA**  
**PLEITO ELEITORAL DE 29/06/2022**

O Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Espírito Santo (Exceto os Municípios de Aracruz, Fundão, Guarapari, Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha e Vitória,) – **SINDIVIGILANTES/ES** –, por meio de seu presidente e da comissão do processo eleitoral do Sindivigilantes/ES em 2022, vem, conforme estabelece o artigo 55 do Estatuto vigente, divulgar que, tendo se encerrado o prazo às 16h do dia 20/05/2022 para inscrição de chapa em conformidade ao artigo 51 do seu estatuto social e do calendário eleitoral do edital de convocação da eleição, publicado no jornal "A GAZETA" edição do dia 06/05/2022 – sexta-feira, tendo sido registrado apenas uma chapa concorrente ao pleito eleitoral sindical de 29/05/2022, às 15h40min do dia 19/05/2022, denominada de chapa "NORTE/SUL" que recebeu o número 01 – Única. Com os seguinte nomes e composição: **1- PRESIDENTE:** Edimar de Oliveira Campos; **2-TESOUREIRO:** José Roberto Bravin Preato; **3- SECRETÁRIO GERAL:** Rodrigo Ribeiro de Castro; **4-DIRETOR SOCIAL:** Antônio Vitorino Filho; **5-DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** João Carlos Rangel; **6-DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:** Eliézio de Oliveira Lopes; **SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL:** Carlos Roberto Moraes Filho; **7-SUPLENTE DA DIRETORIA:** -Aloizio Silveira Lima da Silva; - Alan Gimenes; - Alano Maestri; - José Batista; - Almir Antônio Titol; - Jorge Nascimento de Souza. – **CONSELHO FISCAL EFETIVO** – **1-** José Carlos Florêncio; **2-** Gilberto Inácio Rodrigues; **3-** José Guilherme Gomes de Oliveira. **SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL** – **1-** Diones Bento da Silva; **2-** Wanderson Paixão Varial; **3-** Anderson Marchezi Matias. **DELEGADO REPRESENTANTE DE ENTIDADE DE GRAU SUPERIOR** – **1-** Edimar de Oliveira Campos; **- SUPLENTE DE DELEGADO REPRESENTANTE DE ENTIDADE DE GRAU SUPERIOR:** **1-** José Roberto Bravin Preato. Comunica também que após análise de composição da chapa e documentação apresentada a mesma cumpriu até a presente data com os quesitos estatutários e prazos exigidos no cronograma do edital de convocação. Assim, o SINDIVIGILANTES declara aberto na presente data (25/05/2022) o início do prazo de 05 (cinco) dias para impugnação das chapas, ratificando-se o seguinte calendário: **a)** prazos para impugnações de 26/05/2022 à 30/05/2022; **b)** Comunicação aos impugnados 30/05/2022; **c)** Prazo para os recursos e/ou contra razões das Impugnações de 31/05/2022 à 01/06/2022; **d)** Fim do prazo para análise e parecer da Comissão Eleitoral sobre as impugnações e contra razões em 02/06/2022; **e)** Publicações dos nomes e chapas aptas para concorrerem à eleição, **BEM COMO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO** em 03/06/2022; As impugnações e demais manifestações devem ser protocoladas na secretaria geral do SINDIVIGILANTES/ES das 08h às 16h, localizada a avenida Cachoeiro do Itapemirim, nº 2.284, Bairro: Shell, Linhares, ES, bem como quaisquer orientação/informação ou documentação inerente a eleição sindical do SINDIVIGILANTES/ES. Anderson Lopes Tozi, Cremilde Cortes Pereira e Jakson Andrade da Silva pela comissão eleitoral.  
Linhares, ES, 25 de maio de 2022.  
Edimar de Oliveira Campos – Presidente Sindivigilantes/ES.

## BAHIA

# VIGILANTES PROAGIL/FUNAI: MPT AGENDA AUDIENCIA PARA ESTA SEXTA-FEIRA

Atendendo pedido do Sindicato o Ministério Público do Trabalho marcou para amanhã, sexta-feira, às 9h, a AUDIENCIA DE MEDIAÇÃO com a PROÁGIL Segurança e Vigilância e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio para tratar das verbas rescisórias e salariais dos Vigilantes de Paulo Afonso.

A Proagil é conhecida caloteira e o Sindicato tem estado na sua cola para defender os interesses dos colegas, como foi no caso da Bahiater e INB.

Desta vez a preocupação é maior, pois a Funai agiu com muita omissão e conivência com a quebrona.

Os colegas podem acompanhar a audiência por vídeo conferencia. Fale com o Sindicato (Moisés – 71 98814 3690 ou Boaventura 71 99617 9701).

É luta.

É combate a patrão quebrão (ou “quebrona”).

Fonte: SINDIVIGILANTES/BA

## VIGILANTES INTERFORT/BB-CAIXA: INTERFRACA PEDE NOVO ADIAMENTO DA AUDIENCIA NO MTB



O Ministério do Trabalho – MTB comunicou hoje ao Sindicato que a audiência de mediação prevista para hoje, sexta, 27 de maio, foi novamente adiada. Desta vez para o próximo dia 08 de junho, às 10h por vídeo conferencia.

O órgão ministerial informou que a empresa alegou “que recebeu varias notificações dos Sindicatos e dos bancos e que precisa organizar as respostas”.

De fato o Sindvigilantes encaminhou para a empresa e para o Banco do Brasil e Caixa Econômica o resultado de uma fiscalização atualizada, com documentos e fotos, mostrando a situação de desrespeito e desmentindo tudo o que a empresa alega.

O Sindicato vai continuar nos postos, juntos com os colegas, fiscalizando e atendo as desonestidades da empresa, além de reforçar a luta por respeito e dignidade, principalmente a desumanidade com os colegas contratados com almocistas ou horistas recebendo cerca de 700 reais e sem alimentação e cesta.

Desumano.

Colega, fale com seu Sindicato, denuncie.

O Sindicato está ao seu lado.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

## MUTIRÃO DINHEIRO NA MÃO: SABADO E DOMINGO (28 E 29 DE MAIO) O MUTIRÃO CHEGA AO EXTREMO SUL – PORTO, EUNAPOLIS E TEIXEIRA

**(ATENÇÃO PARA ALTERAÇÕES DE LOCAIS)**

O MUTIRÃO DINHEIRO NA MÃO DO SINDVIGILANTES/BA chega no próximo fim de semana ao Extremo Sul. Anote e compareça:

- PORTO SEGURO – SABADO, 28/5, ÀS 08H30 – NO SINTHOTESB (R. PEDRO TELES, 791 – CAMBOLO)

- EUNAPOLIS – SABADO, 28/5, às 14h – PARQUE ECOL. DA GRAVATÃ, 276/AV DILTON SENA

- TEIXEIRA DE FREITAS – DOMINGO, 29/5, 8H30 – PROBOS ESCOLA VIGILANTES – AV. NANUQUE, 685 – BAIRRO NANUQUE

O Sindicato entrou na justiça e as empresas foram condenadas ao pagamento de multas e danos por deixarem de respeitar direitos dos Vigilantes (pagar férias no prazo, realizar exame médico anual, trocar uniforme semestralmente, pagar resíduo da periculosidade/30%, etc.).

Só neste grupo estão cerca de 4.600 colegas que atuam ou atuaram nas empresas Bitarron, Java, Guardesecure, Map e Starvig.

Os valores dos créditos para cada um Vigilante variam de 127 reais e mais de 4.000. É a luta e conquista do seu Sindicato, beneficiando os Vigilantes.

Se você atuou ou atua nestas empresas confirme seu nome e compareça.

Não esqueçam de levar original e cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, PROVA DE RESIDENCIA, CTPS (página foto e verso, mais pagina do contrato da empresa processada). INDISPENSÁVEL.

Qualquer dúvida, fale com Djalma (71 98814 0558), Isaias/Eunápolis (71 98814 1470) ou Osmario/Porto Seguro.

**SOBRE CCT E SALÁRIO**

A reunião também será uma oportunidade para este grupo de Vigilantes e outros que comparecerem conversarem sobre a nova CCT, reajuste de salário, aposentadoria especial e a luta por direitos e respeito.

**Todos convidados.**

MUTIRÃO DO DINHEIRO NA MÃO E REUNIÃO SOBRE CCT, SALARIO, APOSENTADORIA ESPECIAL E LUTA COM VIGILANTES DO EXTREMO SUL.

28 E 29, SABADO E DOMINGO. CONFIRA HORA E LOCAL

A LUTA É SUA.

A LUTA É NOSSA.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA



# Vigilante evita golpe na agência do Banco do Brasil em Carmo



Na tarde desta terça-feira (24), por volta das 14h, um vigilante do Banco do Brasil de Carmo do Rio Claro evitou um golpe com um cliente na agência.

De acordo com as informações, o vigilante notou que um senhor havia iniciado uma conversa no celular próximo em um dos caixas, quando de imediato desconfiou que poderia ser um golpe aproximou do cliente e perguntou se estava tudo bem. Em seguida ele informou que um funcionário do banco estava o ajudando através do celular, foi quando o vigilante percebeu que ambos estavam em uma chamada de vídeo.

De imediato, o vigilante informou ao senhor que se tratava de um golpe, foi quando o estelionatário perguntou ao cliente com quem ele estava falando, o mesmo informou ser o vigilante, o meliante rapidamente desligou a chamada.

Após o fato, a gerência foi informada e feita a averiguação na conta do cliente. Graças a ação rápida do vigilante nada foi feito na conta do cliente.

Os golpes aplicados por telefone contra clientes de bancos aumentaram de forma expressiva no Brasil durante a pandemia da Covid-19. O golpe do falso funcionário é identificado quando o criminoso liga para a vítima e se apresenta como funcionário do banco. Ele sabe o nome de quem atende a ligação, o que torna a situação mais convincente.

Durante a conversa, ele diz que o motivo do contato é uma transação suspeita na conta bancária da vítima, como, por exemplo, uma compra realizada em outra cidade ou uma transferência para uma pessoa desconhecida.

Ao despertar a preocupação da vítima, o criminoso diz que para resolver a situação precisa de informações complementares, como senhas de cartão, aplicativo e/ou a confirmação de um código que será encaminhado ao celular da vítima.

De posse dessas informações, o golpista pode roubar o dinheiro da conta da vítima e/ou o perfil do WhatsApp para se passar por ela e solicitar dinheiro aos familiares e amigos. Fique atento, qualquer dúvida contate o banco.

Fonte: Portal Onda Sul

# Nova lei do INSS trás de volta divisor mínimo pondo fim ao “milagre da contribuição única”

Publicada em 05/05/2022, com vigência imediata, a Lei nº 14.331/2022, trouxe mudanças importantes que afetam as aposentadorias.

As únicas aposentadorias que não serão afetadas são a aposentadoria por incapacidade permanente e os benefícios por incapacidade.

Sem mais delongas saiba mais sobre as mudanças.

Fim do “milagre da contribuição única”

O “milagre” da contribuição única era uma técnica para aumentar o valor da aposentadoria de um segurado que estava prestes a se aposentar.

A aposentadoria com base no milagre da contribuição única foi uma estratégia que permitiu aumentar o valor de uma aposentadoria, muitas vezes, de 1 salário mínimo para 60% do teto do INSS com apenas 1 contribuição para o INSS.

Porém a Lei 14.331/2022 acabou com o Milagre da Contribuição Única pois com o restabelecimento da regra do divisor mínimo esta estratégia deixou de ser possível.

Agora você só pode se beneficiar do Milagre da Contribuição Única se completou a idade mínima e pagou contribuição única até o dia 04/05/2022.

Divisor mínimo

A Reforma da Previdência extinguiu o divisor mínimo para as novas aposentadorias e a mudança constitucional ainda possibilitou ao segurado a exclusão de contribuições do período básico de cálculo.

Porém com as novas alterações o divisor mínimo voltou e ele exige a divisão da média das contribuições do segurado por um número determinado, no caso atual: 108 (cento e oito) meses.

O divisor é destinado para quem fez poucas contribuições para a Previdência a partir de julho de 1994. O divisor mínimo será utilizado

se você tiver menos de 60% das contribuições entre 07/1994 e a data do início do seu benefício.

Lembrando que caso o trabalhador tenha os 15 anos (180 meses) de contribuição entre julho de 1994 e 2009, ela vai entrar na regra de cálculo de antes da Reforma.

Ou seja, 80% maiores salários de contribuição, ou seja, os 144 meses em que ela teve uma contribuição maior a partir de julho de 1994.

Novos requisitos da petição inicial de benefícios por incapacidade

Essa é outra novidade que a lei trouxe, essa mudança não causa impacto no cálculo da aposentadoria, mas vale a pena conhecer.

A partir do dia 05/05/2022 as petições iniciais devem conter os seguintes requisitos:

1. descrição clara da doença e das limitações que ela impõe;

2. indicação da atividade para a qual o autor alega estar incapacitado;

3. possíveis inconsistências da avaliação médico-pericial discutida; e

4. declaração quanto à existência de ação judicial anterior com o objeto de que trata este artigo, esclarecendo os motivos pelos quais se entende não haver litispendência ou coisa julgada, quando for o caso;

A petição inicial deverá conter os seguintes documentos:

1. comprovante de indeferimento do benefício ou de sua não prorrogação, quando for o caso, pela administração pública;

2. comprovante da ocorrência do acidente de qualquer natureza ou do acidente do trabalho, sempre que houver um acidente apontado como causa da incapacidade;

3. documentação médica de que dispuser relativa à doença alegada como a causa da incapacidade discutida na via administrativa.

Fonte: [Jornal Contábil](#) - Esther Vasconcelos

# Denunciar o desmonte do órgão foi a maior vitória da greve dos servidores do INSS

**Após dois meses de greve, servidores do INSS terminam movimento que, além da luta por reajuste salarial, denunciou o desmonte do serviço público**

AGÊNCIA BRASIL /ARQUIVO



Denunciar à população que o único responsável pelos atrasos na concessão de dois milhões de benefícios e de um milhão de perícias médicas é o governo de Jair Bolsonaro (PL) foi a vitória da greve de dois meses dos servidores e servidoras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que terminou nesta terça-feira (24).

Embora a categoria não tenha conquistado o reajuste de 19,99% pleiteado também pelos demais servidores públicos federais, o fato de manter em evidência que faltam mais de 10 mil servidores no órgão por causa de demissões, aposentadorias e pela não realização de concursos públicos foi relevante, dizem sindicalistas.

Segundo eles, o último edital de concurso público para o INSS foi lançado em dezembro de 2015. Eram apenas 150 vagas para o cargo

de analista do seguro social (função que exige nível superior) e 800 para técnico do seguro social (cargo que requer ensino médio).

“Do ponto de vista da denúncia serviu para que a população entenda que o desmonte do INSS, acelerado após a reforma da Previdência de Bolsonaro, é culpa do governo que tentou esconder a falta de condições de trabalho ao contratar 10 mil militares que não reduziram a fila do INSS, e não por responsabilidade do servidor concursado”, diz Vilma Ramos, Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP).

Outro ponto destacado pela dirigente foi chegar à população a informação de que o piso da categoria é abaixo do salário mínimo (R\$ 1.212). Das 384 carreiras de servidores federais, os trabalhadores do INSS são os únicos que têm o piso abaixo do mínimo.

“Nossa categoria recebe 70% dos seus vencimentos de forma variável. Quem fizer um concurso para trabalhar no INSS vai ganhar abaixo do mínimo e só recebe um pouco mais a partir das gratificações”, afirma Vilma.

## **A luta por reajuste**

Os servidores do INSS reivindicam um reajuste de 19,99% de acordo com as demais categorias, embora a sua defasagem seja de 28,8% por estarem desde 2016 (governo do ilegítimo Michel Temer), sem um centavo de aumento salarial e, por falta de abertura de diálogo com o atual governo, não foi feita nenhuma contraproposta, apenas uma carta de intenções de conceder reajuste de 5%.

Vilma explica que nem o ministério do Trabalho e Previdência pode se comprometer a dar o reajuste pedido, já que a concessão de aumentos aos servidores compete ao ministério da Economia, que vem assinalando que dará 5% de reajuste a todas as categorias de servidores.

### **O que reivindicam os servidores do INSS**

Além do reajuste de 19,99%, da retirada da PEC 32 e da revogação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, a categoria reivindica:

- Recomposição salarial data-base;
- Reajuste dos auxílios alimentação, creche e saúde;
- Reestruturação da carreira típica de estado para o seguro social;
- Nível superior para ingresso ao cargo de técnico do Seguro Social;
- Rediscussão dos processos de trabalho;
- Fim dos adicionais de meta para o teletrabalho;
- Auxílio teletrabalho para o uso de internet, energia, mobiliário e equipamentos
- Jornada de 30 horas semanais para o atendimento de qualidade para a população;
- Fim da terceirização do INSS;
- Concurso público;
- Derrubada do veto de R\$ 1 bilhão do orçamento do INSS;
- Não ao fechamento das Agências do INSS e;
- Defesa do direito ao atendimento presencial ao cidadão nas unidades do órgão.

Os servidores também reivindicam em pauta específica, já entregue ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, que consiste na profissionalização da Carreira do Seguro Social.

### **Desmonte do INSS começou com o golpe de 2016**

Nos governos do PT, a prioridade tanto de Lula quanto de Dilma Rousseff, era garantir um atendimento rápido e de qualidade para o trabalhador e todos que têm direito a benefícios do INSS.

A demora na concessão da aposentadoria e benefícios começou no governo Temer e foi

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

aprofundada nesses três anos e cinco meses de governo Bolsonaro, afirmou ao PortalCUT o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, que deixou o ministério em 2015, quando um trabalhador demorava apenas 30 minutos para conseguir se aposentar, não existia fila de espera no INSS.

“Quando deixei o Ministério a fila de espera era de 30 dias e o ex-ministro Carlos Gabas conseguiu diminuir ainda mais, para apenas 30 minutos”, lembra o também ex-ministro da Previdência Luiz Marinho, que deu início ao processo de modernização, formação, construção de novas agências e reforma das antigas unidades.

Quando Lula assumiu a Presidência, em 2003, o setor estava desmantelado, com imensas filas de pessoas reivindicando o direito de se aposentar. O presidente considerava isso uma humilhação para o trabalhador e queria que acabasse, diz Marinho.

“Eu e os ministros que me antecederam e que me sucederam no cargo cumprimos um plano, a pedido de Lula, de investimentos em tecnologia e pessoal para resolver a questão das filas”, recorda Marinho.

“Nós criamos a escola previdenciária, modernizamos e ampliamos o número de agências, valorizamos a prestação do serviço nas cidades, territórios e regiões e chegamos a ter 44 mil, pois realizávamos concursos para repor o pessoal que saía, se aposentava ou morria”, pontua Marinho, que lamenta o desmonte nos governos Temer e Bolsonaro porque quem paga a conta é o trabalhador e a trabalhadora”, concluiu.

**FONTE: CUT - Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF